

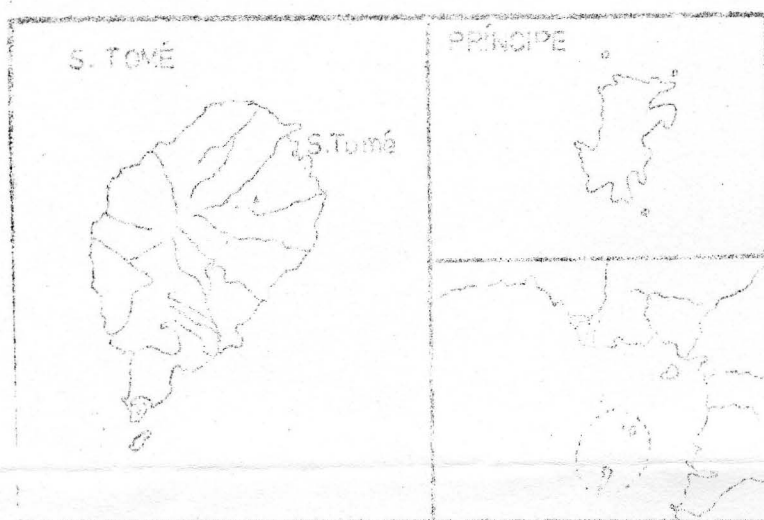
PELA LIBERTAÇÃO DOS POVOS OPRIMIDOS

Boletim Anti-Colonial e Anti-Imperialista do
CENTRO DE ESTUDOS ANTI-COLONIAIS (C.E.A.C.) DA A.A.C.

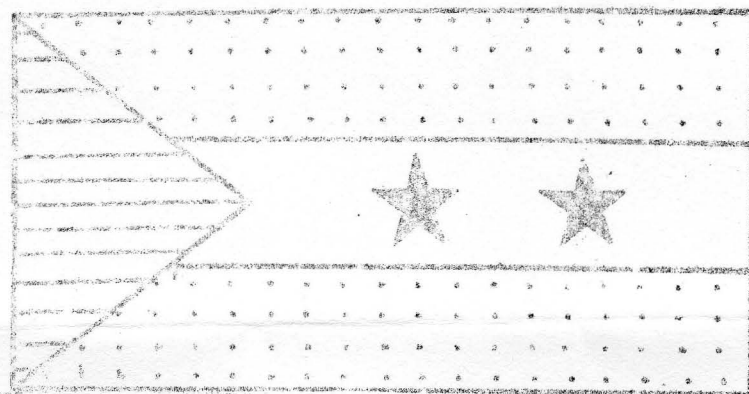
Nº 6

12/7/75

Edição especial na comemoração do dia da Independência de S. Tomé e Príncipe



M L S T P



A VICTÓRIA É NOSSA



SUMÁRIO:

- Editorial
- A ocupação colonial e a exploração económica de S. Tomé e Príncipe
- A luta de Resistência do Povo Santomense
- A formação do MLSTP
- A eliminação dos partidos fantoches e a consolidação do MLSTP como vanguarda revolucionária do Povo. S. Tomé
- Da federação Spinoлиста aos acordo de Argel
- Do Governo de transição à Independência

SOLIDARIEDADE com os povos das ex-COLÓNIAS = hoje, 12/7 Independência de SÃO TOMÉ.

COMEMORAÇÕES - GIL VICENTE SABADO, 12 AS 15 HORAS

- INTERVENÇÃO POLITICA DA CASA DOS ESTUDANTES DAS COLONIAS ACERCA DA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.
- INTERVENÇÃO CULTURAL DA CASA DE ANGOLA.
- INTERVENÇÃO POLITICA E CULTURAL DA CASA DOS TIMORES.
- INTERVENÇÃO CULTURAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-MOÇAMBIQUE.
- MANIFESTAÇÃO DE RUA DE APOIO AOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO.

editorial

Da livre concorrência capitalista e com a concentração da produção, nasceu o monopólio e a partir deste opera-se a transição para uma ordem económica e social superior — o Imperialismo.

O domínio do capital financeiro, a criação de monopólios internacionais que partilham o mundo entre si, a exportação de capitais e a partilha do globo entre as grandes potências são características do capital monopolista.

O capitalismo e o seu estado supremo alastram a todo o mundo e os países fracos são submetidos a uma desenfreada exploração pelos países fortes.

A rivalidade entre as grandes potências, na ânsia de realização dos seus intuítos hegemónicos leva às guerras Imperialistas. A primeira e segunda Grande Guerra ilustram bem o que é a disputa pela partilha do mundo pelos países mais poderosos. Hoje a disputa entre as duas super-potências (EUA e URSS) poderá conduzir a uma nova guerra mundial.

No entanto nem tudo é mau para os países e povos explorados e oprimidos, pois as contradições agudizam-se e o imperialismo já não é mais que um capital agonizante. Assim, as contradições internas, a contradição entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas e a contradição entre os grandes grupos monopolistas e a contradição entre as grandes potências, anunciam para breve o fim do domínio Imperialista e o começo duma nova era. No entanto ele não cairá por si só.

A burguesia não se suicida assim própria, é preciso derrubar o imperialismo.

Os povos compreendem bem esta verdade e por isso erguem-se de armas na mão para o combater, para o destruir.

Os povos oprimidos vão progressivamente ganhando consciência da sua situação e vão ganhando força e organização para lutarem pela sua libertação. Os povos oprimidos de todo o mundo têm aproveitado todas as tradições que o imperialismo gera e que leva necessariamente ao seu enfraquecimento.

Assim, temos assistido nos últimos tempos a um aumento das lutas de libertação nacional em todo o mundo, fazendo recuar os exploradores.

Mas o imperialismo não desarma. É uma vez desmascarado e expulso de determinada região tenta logo a perpetuação dessa mesma exploração a coberto de outras capas ou com outras formas, camufladas de opressão política, económica e cultural.

Assim, servindo-se de governos fantoches, proclamam uma aparente independência política dos povos, para encobrir o real domínio dos inimigos do povo. Assim, aparece o neocolonialismo, que mais não é que um colonialismo com outra fachada. O neocolonialismo em África é um perigo, que já vem de longe, e é hoje importante recordar o exemplo do Zaire onde a "Independência Política" não foi mais do que a mera substituição de uma burguesia branca, por algumas negros, que continuam a servir a escravidão do povo Zaireense.

A ocupação colonial e a exploração económica de S. Tomé e Príncipe

A ocupação colonial Portuguesa, que remonta ao século XV, dá-se para S. Tomé e Príncipe em 1470.

Desde aí, S. Tomé e Príncipe é transformado num posto de troca de escravos provenientes de Angola e outras colónias. Estes são utilizados por um lado na cultura da cana do açúcar em S. Tomé e por outro lado são levados para o Brasil onde o colonialismo Português necessitava de mão-de-obra escrava para a exploração das riquezas do novo continente.

A exploração da escravatura trouxe como consequência em S. Tomé uma longa luta de resistência, de revolta de escravos, das quais se destaca a luta dos "Angulares" (escravos oriundos de Angola) dirigida pelo escravo Amador. Dirigidos por Amador, os "angulares", aproveitaram algumas das desinteligências entre a Igreja e o Poder Civil quanto à posse das terras e supremacia do comércio, desenvolvem uma luta organizada e conseguem fazer um reino e dominar grande parte da ilha.

Com o fim de reprimir as várias revoltas, são enviadas de Portugal várias expedições militares que culam com a prisão e enforcamento do rei Amador, ao mesmo tempo que forçam a retirada dos "Angulares" para o Sul enquanto os colonos lhes vão usurpando as terras.

Apesar de todos estes esforços, só em 1878 é que os portugueses conseguem garantir uma ocupação efectiva da ilha, com esmagamento de todas as revoltas.

A introdução da cultura do café e do cacau, por parte dos colonos recém-chegados (1822-1898), começa um novo ciclo de emprego de mão-de-obra escrava e usurpação das terras.

Ao mesmo tempo que se dá a expropriação dos proprietários nativos, os novos colonos fortemente ligados ao capital comercial e à banca portuguesa tornam-se progressivamente senhores das ilhas criando assim a

grande propriedade e a implantação de grandes companhias, que estabelecem a estrutura agrária que chega até aos nossos dias.

O facto de ter sido declarada em 1850 a abolição da escravatura, não impede que Portugal continue a transportar e utilizar escravos no trabalho agrícola.

Mais tarde, em 1903, é publicada o diploma legal que prevê a emancipação livre para S. Tomé e Príncipe "da força de trabalho das outras colónias, estabelecendo assim o regime de "contratada". A escravatura é assim substituída pelo trabalho forçado.

Em 1907 existem já cerca de 25.000 "contratados" considerados necessários à exploração da roça Santomenso, aos quais são pagos salários de miséria o que os obriga a uma subalimentação e falta de higiene que provoca uma mortalidade de cerca de 45%.

“NÓS LUTAMOS CONTRA A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM; DE QUE O COLONIALISMO PORTUGUÊS É HOJE A PRINCIPAL EXPRESSÃO: NOSSO PAÍS, POR OUTRAS PALAVRAS ISTO SIGNIFICA QUE O NOSSO OBJECTIVO É DERRUBAR O PODER DAS CLASSES EXPLORADORAS EM NOSSA PAÍS, REPRESENTADAS PRINCIPALMENTE PELAS BURGUESIAS COLONIAIS E DO CAPITALISMO, DESVIAIR O ESSAIO COLONIAL, FORMA ESSENCIAL DA DOMINAÇÃO COLONIALISTA E IMPERIALISTA NA PÁTRIA”

SANDRA MACHEL

A luta de Resistência do Povo Santomense

A partir dos anos 50, devido á dificuldade crescente no recrutamento de "contractados", a burguesia colonialista sente assim necessidade de recrutar mão-de-obra local.

No entanto o povo Santomense, que sempre resistiu ao trabalho forçado recusa-se a trabalhar nas roças e a encher os bolsos dos colonos com o produto do seu trabalho.

Para forçarem os nativos a trabalhar nas roças, os colonialistas servem-se de várias armas: tentam vergar o povo Santomense pela fome (cortando-lhe as árvores de fruto de que viviam) e pela violência: Chacina de Batepa em 3 de Fevereiro de 1953. Este massacre aparece na sequência da revolta dos naturais da ilha contra as manobras das grandes companhias portuguesas e do governador Carlos Gorgulho. Surgem na ilha panfletos a anunciar a revolta do povo com ameaças de morte ao governador.

Assim se justifica a vaga de repressão com desarmamento e desmobilização dos soldados indígenas ao mesmo tempo que se procede á mobilização e armamento dos colonos. Estes fazem caça aos negros; uns são baleados e outros são mandados para o campo de concentração da praia de Fernando Dias. As casas das aldeias indígenas são saqueadas e incendiadas. Numa semana foram assassinados mais de mil homens, mulheres e crianças entre o Povo de S. Tomé.

A formação do MLSTP

Nem os massacres como o de Batepa, nem as manobras de divisão que os exploradores portugueses sempre procuraram criar entre os Santomen conseguiram deter a luta do Povo pela libertação da sua Pátria.

Assim em 1960 é criado o comité de libertação de S. Tomé e Príncipe (C.L.S.T.P.) cuja direcção se instala no Gangá, devido á forte repressão existente sobre qualquer força progressista organizada. Daí começa a desenvolver trabalho político e de propaganda sobretudo através de emissões da rádio das ilhas. Paralelamente a este trabalho de propaganda existiram sempre militantes no interior, em contacto com o povo e em ligação estreita com o comité directivo, fazendo um trabalho de consciencialização das massas. Apesar de muitos obstáculos este trabalho avançou nas propriedades agrícolas, nas cidades, junto dos trabalhadores da construção civil, junto não só dos santomenses como também dos Angolanos, Moçambicanos e Caboverdianos que lá se encontravam. Fizeram-se peças teatrais, canções, onde se tentava traduzir a exploração de que o povo era vítima.

Em 1961, o CLSTP, participou na fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) com o MPLA, PAIGC e FRELIMO, e em 1962 foi reconhecido pela OUA como único

co e legítimo representante do Povo de S. Tomé e Príncipe.

A quando da queda do presidente Nkruma do Ghana, pelo golpe militar fascista em 24 de Fevereiro de 1966, surgiram dificuldades que levaram o Comité Directivo a deslocar-se primeiro para Brazaville, depois para Santa Isabel e finalmente para Libreville (capital do Gabão).

Em 1972, devido ás novas exigências do trabalho político que vinha desencadeando, surge a necessidade da realização de um congresso, tendo por fim a reestruturação do Comité, no qual participaram a direcção e todos os naturais das ilhas residentes na Guiné Equatorial, Gabão e outros países limítrofes, donde surgiu o MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe), cujo programa mínimo assenta nas seguintes bases:

- 1- União de todas as forças patrióticas do nosso país para eliminação do colonialismo português em S. Tomé e Príncipe;
- 2- Destruição de todas as tentativas de Administração Portuguesa para erguer barreiras artificiais tendentes a criar uma divisão tanto no seio do Povo como entre este e certos elementos da população;
- 3- Unidade sólida e fraterna em que todos os explorados-trabalhadores forçados, trabalhadores aparentemente livres, operários, pescadores -

Consolidação do MLSTP como vanguarda do povo

Com o 25 de Abril surge um partido "Democrático" chefiado pelos colonos e preconizando o federalismo com Portugal e a Frente Popular Livre (FPL), constituída na sua maioria por funcionários públicos e encabeçada por um Europeu de ideias monarquicas, que preconizava a independência em termos neocolonialistas. Ambos desapareceram face à falta de apoio à luta reivindicativa dos trabalhadores, luta que começou por exigir melhores condições de vida, se tornam em lutas políticas de apoio ao MLSTP, exigindo o início de negociações com vista à independência imediata e total.

Em meados de Junho de 1974, com as perspectivas que se abriam para a resolução do problema colonial, a primeira preocupação do MLSTP foi a criação de uma estrutura, que no interior, pudesse lançar as bases de um trabalho político mais avançado, com o fim de divulgar junto das massas populares o programa político do MLSTP, combatendo o colonialismo. É neste contexto que surge a Associação Cívica pro-MLSTP, à qual se verifica a adesão do povo.

Esta Associação orientou as lutas reivindicativas iniciadas a 11 de junho pelos trabalhadores das obras públicas (cujos salários oscilavam entre 30\$00 e 40\$00 diários, enquanto o peixe salgado estava a 45\$00 o kg, o feijão a 20\$00, eo arroz a 32\$50), alastrando-as aos trabalhadores das obras (construção civil, aos estivadores e finalmente à grande maioria dos sectores económicos.

Perante o surto grevista, os colonialistas recorrem a manobras que vão desde pequenas cedências até ao agarramento do géneros alimentícios. Esta manobra leva o povo de S. Tomé e Príncipe a invadir em 5 de Setembro, os armazéns ao descobrindo não só os géneros que os comerciantes diziam faltar, como também armas.

A esta acção segue-se uma atitude repressiva por parte das forças

da "ordem" da qual resultam um morto e dois feridos graves e a implantação do estado de sítio.

O povo de S. Tomé responde com uma greve geral que só acabou ao fim de cinco dias com a promessa de converações imediatas entre o governo Português e o M.L.S.T.P.

A formação do MLST.P.

(CONTINUAÇÃO DA PAGINA 3)

res, estivadores, proprietários agrícolas, estudantes, funcionários, comerciantes e empregados de comércio — estejam fundidos no ideal comum de destruir imediata e completamente o colonialismo português em São Tomé e Príncipe;

4 - Cooperação com as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas no espírito de solidariedade e ajuda, para a coordenação da acção contra o inimigo comum;

5 - Aliança com todas as forças progressistas do mundo, conquista da simpatia de todos os povos à causada libertação do povo de São Tomé e Príncipe."

Durante a ocupação colonialista o povo sempre soube manter a sua dignidade e personalidade, pegando, por várias vezes, na sua luta de resistência, em armas contra o ocupante português.

Ao contrário do que aconteceu nas outras colónias em que se deu um incremento da luta através da formação e actuação de um exército de libertação nacional, o combate contra a exploração colonial em São Tomé e Príncipe não conseguiu, devido a factores de ordem diverso entre os quais se destacam a pequenez e a insularidade do país, a estado de luta armada organizada.

O facto de o Movimento não passar à luta armada não se deve a nenhuma opção política. O M.L.S.T.P. enveredou logo por uma via revolucionária, de consciencialização das massas, na ilegalidade. Este trabalho reflectiu-se em greves, manifestações, etc.

Da federação Spínolista aos acordos de ARGEL

Vejamos agora como evoluiu o processo de descolonização por parte do Governo Português.

Logo de início, apareceu por parte do Governo Provisório, na altura presidido por Spínola, propostas de formação de partidos políticos, ao que o MLSTP responde não aceitando propostas que trariam soluções federalista e neo-coloniais. Entretanto, chega a São Tomé o Governador a querer formar quadros políticos entre os Santomenses. Uma "africanização" que faz lembrar Spínola no Guiné.

Apesar de todas estas manobras reaccionárias, a marcha revolucionária para a independência do Povo, intensifica-se sob a justa orientação da sua vanguarda política, o MLSTP, até obter uma estrondosa vitória nas negociações de Novembro, onde reduziu a pó o projecto de federação deste país com Portugal proposto por Spínola e viu reconhecidos os seus direitos de nação livre e soberana.

Assim em novembro na cidade de Argel são assinados os acordos entre o governo Português e o MLSTP, dos quais destacamos os seguintes artigos:

1º O Governo Português reafirma o direito do povo de S. Tomé e Príncipe à auto-determinação e independência (...)

2º O Governo Português reconhece o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe como interlocutor e único e legítimo representante do povo de S. Tomé e Príncipe.

3º O Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe e o Governo Português, conscientes da necessidade de assegurarem nas melhores condições possíveis a transferência de poderes para o futuro Estado independente de S. Tomé e Príncipe, acordaram em estabelecer o esquema e o calendário do respectivo processo de descolonização, criando para o efeito os seguintes órgãos:

- a) Um Alto Comissário;
- b) Um Governo de Transição.

(...)

9º Com o fim de prosseguir uma política financeira independente será criado em S. Tomé e Príncipe, durante o período do Governo de Transição um banco central, que terá igualmente as atribuições do banco emissor

(...)

11º- O Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe e o Governo Português acordam em que a independência de S. Tomé e Príncipe seja proclamada em 12 de Julho de 1975.

12º- 1.º O Governo de transição preparará a eleição, em 7 de Julho de 1975, de uma assembleia representativa do povo de S. Tomé e Príncipe, de acordos com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de S. Tomé e Príncipe e elaborar a futura constituição desse Estado. (...)

13º- 1.º O governo Português e o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe acordaram em que até 30 dias após a proclamação da independência de S. Tomé e Príncipe deixem o respectivo território todos os elementos das forças armadas ali sediados.

2.º O Governo Português conservará com o movimento de S. Tomé e Príncipe as medidas de ordem administrativa julgadas convenientes em relação aos militares naturais de S. Tomé e Príncipe.

14º- O Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe reafirma que a sua luta não opõe ao povo português, mas ao regime colonial fascista deposto pelo Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril, e declara o seu propósito, que o Governo Português regista, de respeitar e proteger as pessoas e os interesses legítimos dos cidadãos portugueses residentes no território do Estado de S. Tomé e Príncipe.

15º- Tendo em conta os laços históricos e sócio-culturais existentes entre o povo de S. Tomé e Príncipe, o Governo Português e o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe proclamam solenemente a sua intenção de estimular e desenvolver a compreensão e amizade entre os dois povos, através de uma cooperação sincera e eficaz, e numa base de independência, igualdade e respeito mútuo da soberania e dos interesses dos respectivos países e povos.

Para esse efeito, serão celebrados acordos bilaterais de cooperação, nomeadamente nos domínios económico, financeiro, técnico e cultural.

(cont. pag.7)

Do governo de transição à Independência

O governo de transição de S. Tomé e Príncipe tomou posse no dia 21 de Dezembro, após a assinatura do acordo de Algel. É a partir deste momento que as contradições antes suspeitadas se agudizam.

O primeiro embate dá-se a propósito da própria formação do Governo de transição, já que alguns elementos do Bureau Político do MLSTP não aceitaram a presença de um dos ministros do elenco governamental, o ministro Carlos Graça, responsável pela pasta dos Assuntos Sociais, e que não só estava comprometido com a extinta Frente Popular Livre (Organização que preconizava a continuação da dominação portuguesa em S. Tomé e Príncipe), como ainda tinha pretendido negociar propriedades em S. Tomé com estrangeiros (gaboneses e franceses).

Os conflitos posteriores, e através dos quais se pode ir clarificando a posição das personagens intervenientes e das forças que eles representam, centram-se à volta de uma questão fundamental: a dissolução da tropa negra.

O exército colonial estacionado em S. Tomé e Príncipe é composto, como de resto nas outras colónias, por duas forças distintas: a dos militares portugueses e a dos militares nativos do próprio território.

O problema que se põe a existência desta tropa especial não é novo, e dois exemplos bastarão para nos lembrarmos do perigo para a independência de um novo país: A recente prisão de elementos desta tropa na Guiné, e o papel por ela desempenhado nos sangrentos acontecimentos da história contemporânea do Congo, defendendo os interesses dos exploradores estrangeiros.

Atendendo a esses factos, e também à circunstância de o M.L.S.T.P. não ter formado nenhuma força militar, o Bureau Político e o comissariado Político do M.L.S.T.P. decidem em reunião, a dissolução imediata das tropas negras. O Alto Comissário recusou-se a tomar esta medida, e faz uma série de manobras paralelas, o que obriga os membros do Bureau Político a realizarem uma reunião plenária em Libreville (7 de Março).

Aí reafirmaram a sua posição. Então o alto Comissário tenta a chantagem: ameaça antecipar a sua anunciada viagem a Portugal, no intuito de conseguir obter uma independência imediata, e a retirada de toda a ajuda técnica e financeira de Portugal.

Parante a gravidade da situação, os membros do bureau político do MLSTP, incluindo o seu secretário geral, Manuel Pinto da Costa, chegaram a S. Tomé e Príncipe no dia 17 de Março. A partir desta data a situação agrava-se a um ritmo vertiginoso, a tensão aumenta acentuadamente, e as contradições existentes agudizam-se. Uma parte do Movimento acaba por ceder às pressões do Alto Comissário, aliando-se-lhe numa tentativa descarada de implantação do neocolonialismo ao mesmo tempo que põe à margem os militantes que tomam claramente posições a favor da total independência de S. Tomé e Príncipe.

Mas o povo de S. Tomé soube e saberá sempre resistir e lutar contra todas as manobras que tentem impedir a independência e o fim da exploração de S. Tomé e Príncipe. Face a estas manobras o povo de S. Tomé responde como diz Miguel Trovada com o estabelecimento de uma política exterior de não alinhamento incluindo a recusa de instalação de qualquer base militar. O povo de S. Tomé é assim, hoje dia 12 de julho de 1975, o fim da exploração contra a qual lutou durante os 500 anos de colonialismo.

Viva a justa
luta dos povos
oprimidos de
todo o mundo!

Da federação Spinozista aos acordos de Argel

(continuação da pag 5)
(...)

Apesar dos resultados positivos a que se chegou, o governo português nem sempre tomou uma atitude correcta face à descolonização desta ex-colónia portuguesa.

O governo provisório sempre se manifestou durante as conversações, favorável a uma "Consulta popular", e conseguiu impor ao MLSTP a aceitação de eleições de representantes antes da independência, em 1975.

O próprio ministro Almeida Santos admite que em S. Tomé e Príncipe o MLSTP, que tem o apoio do povo que e que tais eleições não passam de formalidade.

Mas nem por isso o governo Português deixou de impor essa formalidade mostrando claramente que é governo da burguesia e que, como voz da burguesia que serve, vai impondo, por essas mesas de conversações poucos acordos mais favoráveis que pode.

É assim que os seus sagrados princípios descolonizadores vão parir do independências para todos os gostos, quer dizer, conforme a posição de força que o movimento de libertação tenha, sobre o terreno: independência imediata (Guiné-Bissau); a curto prazo sem mais condições (Moçambique) após eleições (S. Tomé e Príncipe).

editorial

(cont. da pág. 1)

Quer dizer, no fundamental, a contradição entre explorados e exploradores mantém-se inalterada. Foi intensificado o controle monopolista de economia enquanto noutro plano se procura recuperar a cultura tradicional agora ao serviço do nacionalismo burguês, que serve os reais interesses da burguesia imperialista.

Com efeito, o problema de independência nacional continua a pôr-se numa maneira muito aguda, não só em relação às colónias portuguesas e outras mas também em Portugal.

O exemplo de Angola é mais recentemente o de Timor Leste é nesse sentido elucidativo, pois se por um lado a APODETI é o fiel lacão do imperialismo, a UDT não é mais que um partido fantoche que mais não pretenda que levar Timor à situação de neo-colónia Portuguesa.

A luta travada pela FRETILIN na defesa intransigente dos interesses do Povo Timorense, e na recusa de soluções neocoloniais, é a resposta a um surto de forças reaccionárias, que reprime violentamente quer o povo quer os militantes da FRETILIN.

A reacção internacional manobra os movimentos fantoches, (APODETI e UDT) de maneira a que estes mais favoreçam os seus interesses, reprimindo para isso como aconteceu esta semana, o povo Timorense.

A luta contra o colonialismo e contra o neo-colonialismo, e em suma a luta contra o imperialismo, é uma luta ardua e longa, mas a vitória é certa como o provam as recentes vitórias dos povos do Vietnã e do Camboja. A solidariedade com todas estas lutas, seja onde for, têm de ser apoiadas com um espírito internacionalista por todos os anti-colonialistas consequentes. A estes cabe a tarefa revolucionária de divulgar as lutas de libertação dos povos oprimidos das colónias e a identidade de interesses das lutas e de luta do povo português pelos mesmos objectivos: a expulsão dos imperialistas e a conquista de Independência Nacional.

